

SIMON SCHAMA

Travessias difíceis

Grã-Bretanha, os escravos e a Revolução Americana

Tradução

Denise Bottmann



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2005 by Simon Schama

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Todos os esforços foram feitos para determinar a origem das imagens deste livro. Nem sempre isso foi possível. Teremos prazer em creditar as fontes, caso se manifestem.

Título original

Rough crossings — Britain, the slaves and the American Revolution

Capa

João Baptista da Costa Aguiar

Foto de capa

<completar>

Preparação

Leny Cordeiro

Índice remissivo

Luciano Marchiori

Revisão

Carmen S. da Costa

Thaís Totino Richter

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Simon Schama

Travessias difíceis : Grã-Bretanha, os escravos e a Revolução Americana / Simon Schama ; tradução Denise Bottmann — São Paulo : Companhia das Letras, 2011.

Título original : Rough crossings : Britain, the slaves, and the American Revolution.

ISBN 978-85-359-1959-2

1. Estados Unidos - História - Revolução, 1775-1783 - Afro-americanos 2. Estados Unidos - História - Revolução, 1775-1783 - Aspectos sociais 3. Escravos - Estados Unidos - História - Século 18 4. Negros - Inglaterra - História - Século 18 1. Título.

11-08923

CDD-326.09730933

Índice para catálogo sistemático:

1. Grã-Bretanha, os escravos e a Revolução Americana : História 326.09730933

[2011]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.

Rua Bandeira Paulista 702 cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone (11) 3707-3500

Fax (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

Dramatis personae	9
A promessa de Liberdade Britânica	13
PARTE UM — Greeny	31
PARTE DOIS — John	273
Fins, começos	419
Cronologia	445
Notas e referências	448
Bibliografia adicional	473
Agradecimentos	477
Créditos das imagens	480
Índice remissivo	483

A promessa de Liberdade Britânica

Dez anos depois da rendição do exército de George III ao general Washington em Yorktown, Liberdade Britânica ia sobrevivendo no continente norte-americano. Com mais algumas centenas de almas — entre elas Scipio Yearman, Phoebe Barrett, Jeremiah Piggie e Smart Feller —, ele cavava a vida no solo ingrato ao redor de Preston, poucos quilômetros a nordeste de Halifax, Nova Escócia.¹

Como a maioria do povo de Preston, Liberdade Britânica era negro e tinha vindo de um lugar mais quente. Agora ele dava duro, enterrado num fundão de mundo batido pelo vento entre o oceano e a floresta de abetos azuis. Mas tinha mais sorte que muitos outros. Liberdade Britânica possuía o título de quarenta acres, e mais 1,5 “lote na cidade”,² como os oficiais de cartório em Halifax gostavam de dizer. Não que parecesse muito uma cidade: não passava de uma clareira cascalhada, com umas cabanas rústicas no centro e meia dúzia de galinhas desfilando de um lado para outro, e talvez um ou dois porcos enlameados. Alguns que tinham conseguido arranjar uma parelha de bois para tirar do solo as pedras cinzentas e nuas plantavam umas leiras de feijão, milho

e couve, que depois punham na carroça para ir vender em Halifax, junto com madeira de construção. Mas até os que prosperavam — pelos padrões de Preston — volta e meia tinham de ir caçar algumas perdizes no mato ou tentavam a sorte nos lagos salgados ao sul do vilarejo.³

O que estavam fazendo lá? Não era só uma questão de subsistência. Liberdade Britânica e os outros moradores não se aferravam apenas a um pedacinho da Nova Escócia; aferravam-se a uma promessa. Alguns até tinham aquela promessa *impressa* e assinada por oficiais do Exército britânico, em nome do próprio rei, firmando que o portador fulano de tal estava no direito de ir aonde quisesse e de adotar a profissão que bem entendesse. Para gente que tinha sido escrava, aquilo tinha certo significado. E a palavra de Sua Majestade certamente valia como penhor. Em troca dos leais serviços na recente guerra americana, os Pioneiros Negros e os demais receberiam duas dádivas de valor inestimável: a liberdade e um pedaço de chão. Nada mais que o devido, diziam a si mesmos. Tinham feito um trabalho perigoso, sujo, exaustivo. Foram espiões entre os americanos, guias pelos pântanos da Geórgia, pilotos de barcos em bancos de areia traiçoeiros, sapadores nos baluartes de Charleston enquanto canhoneiros franceses arrancavam os membros de homens ao lado. Cavaram trincheiras; enterraram cadáveres cobertos de bolhas de varíola; empoaram as perucas dos oficiais; e, marchando em boa ordem, rufaram os tambores nos ataques e nas retiradas. As mulheres cozinharam, lavaram as roupas, atenderam os doentes; limpavam cuidadosamente os orifícios do corpo dos soldados; tentaram proteger os filhos contra os perigos. Alguns tinham lutado. Havia dragões negros na Carolina do Sul; unidades fluviais de partidários negros do rei no rio Hudson; bandos de guerrilheiros negros que caíam em cima das fazendas dos patriotas em Nova Jersey e pegavam tudo o que podiam, até (se o Senhor lhes sorrisse na empreitada) prisioneiros americanos brancos.

Assim, tinham feito por merecer. Receberam a liberdade, e alguns até ganharam terras. Mas a camada de solo era fina, pedregosa, e os negros, a maioria deles, não tinham como limpar e trabalhar a terra a menos que vendessem seus serviços ou dos familiares aos legalistas brancos. Isso significava mais comida para cozinhar e mais roupa para lavar; mais mesas para servir e mais faces rosadas para barbear; mais pedras a britar para pontes e estradas. E ainda assim continuavam tão endividados que alguns reclamavam que aqui-

lo não era liberdade coisa nenhuma, e sim outra forma de escravidão, que só tinha mudado de nome.

Mas o nome contava. O nome de Liberdade Britânica significava algo importante: ele não era mais uma mercadoria. Apesar de todas as suas dificuldades, Preston não era uma fazenda da Geórgia. Outros prestonianos — Decimus Murphy, Caesar Smith — tinham mantido seus nomes de escravos quando se tornaram livres. Mas Liberdade Britânica devia ter nascido, ou ter sido vendido, com outro nome. Pode ter se livrado dele, como se livrou das correntes nos tornozelos, num dos 81 navios que saíram de Nova York em 1783, os quais levaram 30 mil legalistas, brancos e negros, para a Nova Escócia, pois não há nenhum Liberdade Britânica na lista do “Livro de negros”, registrando os que, como homens e mulheres livres, tinham o direito de ir para onde quisessem. Certamente outros também mudaram de nome, o que expressava a nova condição deles: James Lagree, por exemplo, ex-propriedade de Thomas Lagree de Charleston, na Nova Escócia, tornou-se Liberdade Lagree. Também é possível que Liberdade Britânica tenha chegado à Nova Escócia numa das primeiras evacuações de legalistas — de Boston, em 1776, ou de Charleston, em 1782. Nos assustadores meses entre o final da guerra e a partida dos navios britânicos, quando os fazendeiros americanos tentavam localizar o paradeiro dos escravos fugidos, muitos trocaram de nome para não ser identificados. Liberdade Britânica pode ter simplesmente dado um passo a mais, ao se atribuir um pseudônimo que também guardava uma ressonância patriótica. Seja qual for o rumo que tenha tomado e as provações enfrentadas, o nome escolhido por Liberdade Britânica mostra algo surpreendente: a convicção de que a monarquia britânica, e não a nova república americana, era mais propensa a libertar os africanos do jugo da escravidão. Na Declaração de Independência, Thomas Jefferson culpava “o rei *cristão*” George III por ter implantado a escravidão nos Estados Unidos, mas negros como Liberdade Britânica não o viam dessa forma de modo algum. Pelo contrário, o rei era inimigo do inimigo deles, e portanto amigo, libertador e protetor.

Considerar o rei da Inglaterra um benfeitor era tradição que vinha de longe. Em 1730, quando foram descobertos os planos de uma revolta escrava no condado de Raritan, Nova Jersey, um dos informantes negros disse a um certo dr. Reynolds que o motivo era “o bando de vilões” que tinham desafiado “uma ordem expressa do rei George, enviada ao G-(overnador) de Nova York

para libertá-los”.⁴ Uma geração depois, os negros claramente excluídos das bênçãos da liberdade americana ridicularizaram “aquilo que *chamam* de Livre neste País”, nas palavras de Towers Bell, um “verdadeiro britânico”, conforme ele se assinava. Bell escreveu às autoridades militares britânicas no final da guerra, contando que fora levado da Inglaterra para Baltimore contra a vontade, e “vendido como Escravo por Quatro Anos que eu sofri com a Maior Barbaridade neste País Rebelde”. Agora, com o fim das hostilidades, a única coisa que ele queria era voltar “para casa na Velha Inglaterra”.⁵

Dezenas de milhares de afro-americanos se prendiam à ideia sentimental de uma liberdade britânica, mesmo sabendo que os ingleses estavam longe de ser santos em matéria de escravidão. Até 1800, quando seus tribunais proscreveram em definitivo a escravidão, ainda havia escravos na Nova Escócia, ao lado de negros livres, além de outras centenas de milhares no Caribe britânico. Mesmo assim, em 1829 um dos primeiros abolicionistas afro-americanos militantes, David Walker, escreveu em seu *Appeal to the colored citizens of the world* [Apelo aos cidadãos de cor do mundo], em Boston, que os “ingleses” eram “os melhores amigos que as pessoas de cor têm na Terra. Embora tenham nos oprimido um pouco e agora possuam colônias nas Índias Ocidentais que nos oprimem *extremamente* — A despeito disso, eles [os ingleses] fizeram cem vezes mais pela melhoria de nossa condição do que todas as outras nações do mundo somadas”. Os americanos brancos, por sua vez, posando de religiosos e com um palavrório falso e vazio, ele entregava aos mais baixos degraus da infâmia e da hipocrisia.⁶ A abolição parlamentar da escravidão em 1834 em nada ajudou a alterar essa generosa avaliação da magnanimidade britânica em relação aos africanos, como tampouco a perseguição da Marinha Real aos navios negreiros (alguns deles americanos) na costa africana ocidental. Entre 1845-7, o orador negro Frederick Douglass, ao percorrer a Inglaterra dando conferências sobre as iniquidades da escravidão americana, retomou a exagerada ideia de Walker dos “ingleses” como os libertadores. Em 1852, em discurso pelo Dia da Independência, ele fez a pergunta: “O que é o Quatro de Julho para o Escravo?”, e respondeu que “sua excelsa independência apenas revela a distância intransponível entre nós [...] você pode se rejubilar, eu devo chorar”.⁷

É no mínimo discutível que os britânicos merecessem essa fama de ser o império e a nação mais aberta do mundo em termos raciais. Durante a Guerra Civil americana de 1861-5, se a política e a população tomaram algum partido,

foi mais em favor da Confederação escravocrata do que pela União, quando menos porque ela conteria a ameaça de expansão da república americana. Mas durante a Guerra Revolucionária não há dúvida de que dezenas de milhares de africanos, escravizados no Sul do país, de fato viam a Inglaterra como libertadora, a tal ponto que se dispunham a arriscar o pescoço e a vida para chegar às linhas do exército do rei. Para explicar devidamente esse fato surpreendente, temos de contar a história do conflito anglo-americano, durante e após a revolução, de uma maneira um pouco mais complicada.

Por certo também havia muitos negros que davam aos Patriotas o benefício da dúvida, quando liam e ouviam que aquela era uma guerra pela liberdade. Se existia Liberdade Britânica, também existia um Dick Liberdade — e um Jeffery Liberdade — lutando num regimento de Connecticut, do lado americano.⁸ Negros combateram e morreram pela causa americana em Concord, Bunker Hill, Rhode Island e finalmente em Yorktown (onde foram postos na linha de frente — não se sabe muito bem se em tributo à coragem deles ou um sacrifício ditado por razões estratégicas). Na batalha de Monmouth, em Nova Jersey, soldados negros se enfrentaram dos dois lados. Mas, até o agressivo recrutamento britânico de escravos em 1775 e 1776, as câmaras oficiais, mesmo no Norte, bem como o Congresso Continental dos vários estados, evitavam alistá-los. New Hampshire se destacava em excluir loucos, retardados e negros de suas milícias. No outono de 1775, negros que já tinham servido nas milícias patriotas receberam ordens de dispensa. Apesar da hostilidade explícita dos colegas oficiais e dos delegados civis em seu acampamento em Cambridge, George Washington relutou em liberar os voluntários negros, e então propôs a questão ao Congresso. Lá, o horror manifestado por representantes sulistas como Edward Rutledge à ideia de armar os escravos prevaleceu sobre o apático reconhecimento dos serviços negros. Mesmo os negros livres armados eram uma preocupação. Podia-se confiar que não espalhariam as sementes da insurreição entre os escravos? Em fevereiro de 1776, o Congresso declarou a Washington que poderia conservar os negros livres, mas não deveria alistar outros. Os escravos, claro, ficaram totalmente excluídos do Exército continental montado pelo Congresso.⁹

Por outro lado, a declaração de John Murray, lorde Dunmore, o último governador colonial da Virgínia, falando do HMS *William* em 7 de novembro de 1775, prometia inequivocamente a liberdade a todos os escravos fugidos das

fazendas rebeldes que alcançassem as linhas britânicas e servissem em alguma função no Exército. A promessa foi feita mais por razões militares que por motivos humanitários, e para cada Liberdade Britânica que viveu para ver a promessa cumprida, muitos outros foram traídos sem o menor escrúpulo. Mesmo assim, táticas oportunistas às vezes davam margem a alguma coisa boa. As palavras de Dunmore, sancionadas pelo governo britânico e reiteradas pelos generais Howe e Clinton (que estenderam a definição dos que seriam alforriados às mulheres e crianças negras), rapidamente criaram asas no mundo dos escravos, e eles mesmos, às dezenas de milhares, logo depois levantaram voo. Vista pelos olhos dos escravos, a Guerra Revolucionária adquire um sentido inverso. Na Geórgia, nas Carolinas e em boa parte da Virgínia, a alardeada guerra pela liberdade foi, da primavera de 1775 ao final do verão de 1776, uma guerra pela perpetuação da servidão. Os contorcionismos da lógica, embora frequentes, eram tão absurdos que George Washington foi capaz de descrever Dunmore como “aquele arquitraidor dos direitos da humanidade” por prometer liberdade aos escravos e servos, ao passo que os que os mantinham sob o jugo da escravidão eram heróis da liberdade.

Para os negros, a notícia de que Os Ingleses Estavam Chegando foi motivo de esperança, comemoração e ação. Henry Melchior Muhlenberg, um pastor luterano da Pensilvânia, sabia do que estava falando quando escreveu que a população negra “secretamente deseja que o Exército britânico vença, pois então todos os escravos negros ganharão a liberdade. Dizem que esse sentimento é generalizado entre todos os negros na América”.¹⁰ E muitas vezes a verdade conseguia atravessar a armadura da casuística patriota. Em dezembro de 1775, Lund Washington escreveu ao sobrinho George sobre os negros e os servos que estavam saindo às pressas das propriedades de Washington: “se julgasse poder escapar, não haveria um só deles que não nos deixasse [...] A liberdade é doce”.¹¹

Os próprios Pais Fundadores falavam sem rodeios sobre a quantidade de escravos seus que tinham desaparecido, quando menos porque muitos tiveram grandes prejuízos pessoais. Nas poucas semanas da primavera de 1781 em que os soldados de lorde Cornwallis estiveram perto da residência de Thomas Jefferson em Monticello, este, que vira derrotada no Congresso sua tentativa de incorporar à Declaração de Independência um ataque contra a escravidão, perdeu trinta escravos de sua propriedade. Ele achava — e a avaliação de mui-

tos historiadores modernos, como Benjamin Quarles, Gary Nash, Sylvia Frey, Ellen Gibson Wilson e James Walker, está de acordo com isso — que pelo menos 30 mil escravos fugiram das fazendas da Virgínia, na tentativa de chegar às linhas britânicas.¹² O mesmo valia para o restante do Sul. Já em 1858 o historiador David Ramsey calculou que fugiram dois terços dos escravos da Carolina do Sul; muitos, embora certamente não todos, se bandearam para os ingleses. Ao todo, de 80 mil a 100 mil escravos abandonaram as fazendas durante a guerra.¹³ Quanto mais sentenciosos eram os brados dos líderes patriotas contra a escravização americana sob o odioso tirano hanoveriano, mais seus escravos decidiam apostar nas próprias pernas. Ralph Henry, por exemplo, tomou a peito o teatral anúncio de seu dono Patrick Henry — “Dê-me a Liberdade ou dê-me a morte” —, só que não propriamente no sentido pretendido pelo autor, pois na primeira oportunidade escapou para as linhas britânicas.¹⁴ (Ironicamente, esse mesmo lema seria adotado como palavra de ordem pelos abolicionistas negros do século XIX e por emancipacionistas negros como Malcolm X no século XX!) Outros signatários do documento que afirmava que “todos os homens nascem livres e iguais” que perderam escravos foram James Madison e Benjamin Harrison (pai do nono presidente, William Henry Harrison), que perderam vinte, inclusive Anna e Pompey Cheese, destinados a cumprir todo o périplo por Nova York, Nova Escócia e Serra Leoa. O signatário sul-carolinense Arthur Middleton perdeu cinquenta; Pompey e Flora, do governador John Rutledge, se bandearam para os ingleses; e Edward Rutledge, o mais jovem signatário da Declaração e ardoroso adversário do alistamento de negros no Exército americano, também perdeu escravos. O general Francis Marion, a “raposa do pântano” da Carolina do Sul, cujos escravos aparecem na fantasia cinematográfica de Mel Gibson, *O patriota*, ansiosos em acompanhar o dono na luta pela liberdade, teve pelo menos um, Abraham Marrian, que passou para o lado dos ingleses. Ele pode ter participado do pequeno destacamento de Dragões Negros montados, mobilizados no verão de 1782, que combateu (mais plausivelmente) *contra* Marion, e não a seu lado, na Fazenda Wadboo, na Carolina do Sul.¹⁵ E, não menos importante, enquanto George Washington estava acampado nas Terras Comuns de Cambridge, debatendo-se com argumentos a favor e contra o interesse de recrutar negros, seu próprio escravo Henry Washington, nascido na África Ocidental, arrematava caminho para as linhas do rei. Exilado com outros legalistas negros em Birchtown, No-

va Escócia, Washington se autodefiniu, de modo comovente, como “fazendeiro”, mas era a Union Jack, o pavilhão do Reino Unido, que protegia sua liberdade e seus quarenta acres.¹⁶

A história dessa fuga em massa, que Gary Nash bem caracterizou como o “segredinho sujo” da Guerra Revolucionária, é chocante na melhor acepção do termo, na medida em que obriga a uma reavaliação honesta e devida da guerra, envolvendo em seu cerne um terceiro partido.¹⁷ Essa terceira parte de afro-americanos, ademais, respondia por 20% de toda a população de 2,5 milhões de colonizadores, chegando na Virgínia a 40%. Quanto aos negros apanhados em plena luta, nenhum dos lados, nem o inglês nem o americano, se comportou muito bem. Mas no fim das contas, segundo a avaliação de Liberdade Britânica e legiões de outros que chegaram à mesma conclusão (mesmo quando já eram livres), era a estrada monárquica, e não a republicana, que parecia oferecer uma chance mais segura de liberdade. Embora a história que se desenrolou a partir do emaranhado de desespero negro e paternalismo britânico muitas vezes tenha se revelado cruelmente trágica, mesmo assim foi um momento constitutivo na história da liberdade afro-americana. Ela gerou a figura do sargento Thomas Peters, o primeiro líder político afro-americano identificável como tal.¹⁸

Nascido como príncipe egbé, Peters foi escravizado pelos franceses, levado para a Louisiana, açoitado e marcado a ferro por várias tentativas de fuga, então vendido a um fazendeiro de Wilmington, na Carolina do Norte, de onde escapou e se juntou aos ingleses. Jurou bandeira nos Pioneiros sob o capitão George Martin, foi ferido duas vezes em combate e promovido a primeiro-sargento. Depois se assentou na costa norte da Nova Escócia, e mais tarde em New Brunswick, apresentando petições à Coroa em Londres em favor dos irmãos de cor. Peters era um autêntico líder de seu povo: persistente, corajoso e, embora analfabeto, com boa capacidade de expressão, conforme se depreende de sucessivas provas indiretas deixadas por vários brancos, todos ofendidos com sua presunção. O fato de Peters estar visivelmente ausente (afora poucas e honrosas exceções) do panteão de heróis afro-americanos, nome de todo estranho aos manuais de história nas escolas dos Estados Unidos, é um escândalo que só se explica pelo incômodo detalhe de ter lutado no Lado Errado. O mesmo acontece com negros de Boston que, em vez da causa americana, optaram pela causa britânica. Crispus Attucks foi canonizado como um dos tom-

bados no Massacre de Boston, quando soldados britânicos atiraram nos revoltosos em 1770. Mas, como era de esperar, a história de Newton Prince, o barbeiro negro que depôs em favor dos soldados ingleses, é muito menos conhecida. Por sua ousadia, patriotas enfurecidos o besuntaram de alcatrão quente e o cobriram de penas, de forma que, naturalmente, em 1776 ele optou pelo general Howe e foi evacuado com os britânicos. O mesmo se deu com Black London, outro barbeiro que em 1776 declarou aos membros do comitê de reivindicações legalistas que fora obrigado pelo patrão a entrar na milícia patriota, desertou logo que pôde e serviu durante quatro anos com Sir Henry Clinton, e depois a bordo em dois navios de guerra.¹⁹

Portanto, por mais estranho que seja para a história ortodoxa dos Pais Fundadores e sua revolução, a gênese da liberdade afro-americana é indissociável da ligação britânica durante e após a guerra. E se a política negra livre nasceu dos fogos desse conflito, do mesmo modo nasceram muitas de suas formas específicas de congregação cristã. Foi entre os africanos legalistas que surgiram algumas das primeiras igrejas batistas e metodistas livres em Shelburne e redondezas, na Nova Escócia; foi lá também que os primeiros *brancos* convertidos por um pregador negro foram batizados pelo ministro carismático David George, nas águas daqueles rios vermelhos. As primeiras escolas criadas expressamente para as crianças negras livres foram abertas pela diáspora legalista da Nova Escócia, onde elas tinham aulas com professores negros como Catherine Abernathy, em Preston, e Stephen Blucke, em Birchtown. Em Serra Leoa, onde desembarcaram mais de mil “nova-escocianos” depois de cruzar de volta o Atlântico, dessa vez como pessoas e não como mercadorias, os negros americanos sentiram pela primeira vez (e de maneira muito efêmera) um grau significativo de legislação e autodeterminação política local. E outro começo se deu quando um policial negro eleito pela comunidade, o ex-escravo Simon Proof, ministrou pena de açoitamento a um marinheiro branco condenado por descumprimento do dever.

Mas a história do legalismo negro vai muito além de um catálogo de “começos”. Também desmente o estereótipo dos africanos como peões passivos e crédulos na estratégia americana ou britânica. Quer optassem pelo lado dos patriotas ou dos legalistas, muitos dos negros, analfabetos ou não, sabiam exatamente o que estavam fazendo, mesmo que jamais pudessem prever a magnitude dos perigos, reveses e decepções que resultariam de suas decisões. Muitas